

Heinich, Nathalie, *L' épreuve de la grandeur. Prix littéraires et reconnaissance*. Paris: La Découverte, 1999.

Na sequência dos trabalhos anteriores de Nathalie Heinich sobre sociologia da cultura e da arte, esta obra aborda os efeitos do sucesso na gestão identitária dos laureados com prémios literários em França. Mas o objectivo da autora é mais ambicioso. O reconhecimento ou a consagração literária conduzem a mudanças profundas na grandeza das pessoas. As tensões daí decorrentes, tanto a nível pessoal como relacional, obrigam a um trabalho identitário exigente, por vezes doloroso, de conciliação entre diferentes ordens de grandeza e diferentes momentos de definição da identidade pessoal. Daí que o cerne da discussão teórica avançada neste livro passe pelo tema da legitimidade das posições de poder e pela justificação e tentativas de reparação das diferenças de grandeza nas sociedades democráticas modernas.

A obra divide-se em duas partes: na primeira, são apresentadas as entrevistas com os premiados; na segunda, Nathalie Heinich procede a uma análise teórica sobre as diferenças de grandeza. Os autores entrevistados foram: Claude Simon (Nobel); Jean Rouaud (Goncourt); Annie Ernaux (Renaudot); Emmanuèle Bernheim (Médicis); Michel Tournier (Goncourt); Andreï Makine (Goncourt e Médicis); Jacques Chessex (Goncourt). As entrevistas restituem a componente mais concreta e pessoal dos efei-

tos do sucesso. Na sua diversidade, entre autores consagrados e debutantes no mundo das letras francesas, permitem a apreensão da heterogeneidade dos processos de construção identitária pessoal dos premiados em circulação pelos mundos familiar, académico, literário e jornalístico.

Mas é sem dúvida a parte teórica desta obra que considero mais desafiadora e de uma grande riqueza. Partindo da ideia de que existe uma pluralidade de princípios de justiça, Heinich procede a uma discussão minuciosa e bem estruturada das modalidades, das condições e dos desafios ligados aos processos concretos de reconhecimento pessoal e social. A distribuição de bens raros (neste caso, o reconhecimento) e os princípios a que esta obedece procuram neutralizar a inveja e o ressentimento quanto às desigualdades, atenuando ou anulando o eclodir sempre possível da violência. A necessidade de manter os laços entre a pessoa e os outros (princípios de justiça aceites em geral) é acompanhada e complementada por uma necessidade íntima de a pessoa manter a sua coerência identitária.

No jogo identitário múltiplo (de si para si – autopercepção; do outro para si – designação; e de si para o outro – representação) e na heterogeneidade de grandezas por onde circulam as pessoas, as provas e as barreiras a ultrapassar são muitas. Pela crescente democratização na hierarquia das grandezas verificada nos países ocidentais, torna-se mais exigente e dúctil a justificação e a legitimação das diferenças e das desigualdades. Os poderosos (em qualquer

uma das dimensões de poder), contra o risco da desordem pelo aumento das distâncias de grandeza, obrigam-se a manter um equilíbrio ténue e precário entre coerência de si (nível pessoal), controlo da inveja (nível relacional) e princípios de justiça que atribuem as suas posições a méritos reconhecidos (nível social).

Mais importante ainda, pela constatação da pluridade dos princípios de justiça, é a conclusão de Heinrich da existência de um princípio de irredutibilidade das pessoas a qualquer qualificação, muito menos se esta for quantitativa. Daí que os analistas e investigadores tenham de atender forçosamente às resistências que os indivíduos colocam às categorizações, às definições dos estudiosos e aos determinismos analíticos. A própria Heinrich sentiu esta resistência quando Claude Simon aceitou ser entrevistado só com a condição de a entrevista ser curta e não gravada, e Michel Tournier, depois de ler a transcrição da sua entrevista, não autorizou a utilização de extractos da mesma.

As considerações metodológicas inseridas no início de cada um das partes e na conclusão desta obra também são de uma relevância acentuada para as ciências sociais e humanas. Heinrich, seguindo os preceitos de Max Weber, propõe a neutralidade axiológica do analista. Nas palavras da autora, «[...] Na ausência de uma preferência moral atribuída a estas noções, vê-se como uma análise do reconhecimento pode suspender todo o ponto de vista nor-

mativo em favor de uma descrição analítica da experiência vivida» (p. 278). Esta é uma questão central nas ciências sociais. É possível enunciar sem avaliar ou denunciar? É possível suspender a normatividade e permanecer na descrição? Heinrich argumenta que sim, sugerindo que sobre um dado tema seja apresentado o maior leque possível de posições, alargando o campo dos possíveis. Reportando-se à sociologia, Heinrich propõe uma sociologia «fria» sobre temas «quentes», fortemente investidos pelas pessoas. Esta posição epistemológica e metodológica pode ser fácil ou menos difícil quando são estudados temas pouco polémicos, ou se conversa com actores habituados ao diálogo e à busca do consenso pela comunicação. Como se mantém a neutralidade axiológica em situações de violência, de exploração, de opressão e de abuso? De que pertinência se podem revestir a presença e os relatos do investigador para quem é explorado ou vive em situações extremas e degradantes? Se a objectividade analítica é imperativa, tal não pode nem deve implicar a neutralidade.

Em conclusão, esta obra de Nathalie Heinrich, escrita de uma forma clara e elegante, é uma referência fundamental para quem se debruça sobre os temas que giram à volta da identidade e dos processos complexos e ambivalentes de reconhecimento pessoal e social.

José Manuel Mendes

Caraça, João, *Ciência*. Lisboa: Difusão Cultural, 1997, 111 pp.

Pensar a Ciência no tempo presente é um desafio que suscita uma multiplicidade de respostas nas comunidades científicas de diferentes áreas do saber. Por outro lado, num mundo profundamente marcado pela ciência e pela tecnologia, onde a circulação de informação é cada vez maior, a questão «o que é a ciência?» interessa a um público muito diversificado, desde as entidades financiadoras às empresas, passando pelos estudantes e professores de ciência e pelo próprio cidadão comum. Muito se tem escrito e debatido sobre este tema, sem, obviamente, o esgotar. O livro de João Caraça, *Ciência*, publicado entre nós na Coleção *O Que É*, da Difusão Cultural, e entretanto traduzido em França na Coleção *Que Sais-Je?*, vem ocupar um espaço próprio no debate actual sobre a ciência.

No prefácio, o autor não esconde as dificuldades de responder a este desafio e, muito claramente, sintetiza a sua opção, isto é o fio condutor em torno do qual se vai organizar este livro: «Porque discorrer sobre a ciência não é nem fazer uma história da ciência nem construir um panorama da ciência contemporânea. É, antes, referir os múltiplos aspectos que concorrem para a sua criação, bem como para a sua utilização, no seio dos processos multifacetados, conflituais, comunicativos, que caracterizam a evolução dos seres humanos. É ainda observar os acontecimentos marcantes que pontuam o desenvolvimento das várias disciplinas científicas, das suas fronteiras e das suas interfaces».

Perseguindo este objectivo, o autor percorre, ao longo de seis capítulos, uma vasta problemática: os paradigmas científicos, os diferentes níveis de conhecimento, o saber e o fazer, as relações entre teoria e experimentação, a especialização e a interdisciplinaridade, a aprendizagem da ciência, a

comunicação em ciência, e, finalmente, os limites da ciência. Esta vasta gama de problemas é tratada em pouco mais de cem páginas, de uma forma que cativa o leitor, que se sente a percorrer um espaço onde uma aposta activa no papel da ciência e nos seus valores é compatível com uma reflexão crítica.

Para fazer uma abordagem da ciência contemporânea, do(s) seu(s) paradigma(s), das suas conexões com a sociedade, é indispensável uma perspectiva histórica, isto é, enquadrar o hoje da ciência no seu devir e nos seus diferentes contextos; esse diálogo da ciência com o seu passado está presente neste livro de uma forma interactiva, como se requer de um diálogo. Logo no primeiro capítulo, «A aventura do conhecimento humano», João Caraça faz um breve viagem pelas diferentes visões do mundo através dos tempos, as diferentes culturas, os diferentes paradigmas, para desembocar numa questão central: qual é (ou será) a visão nos nossos dias? Reconhecendo que uma resposta seria, de momento, prematura, o autor fornece, no entanto, pistas para o que é a visão emergente do mundo (da ciência) hoje: uma visão onde «impera a complexidade», onde «a procura de simetrias já não constitui a questão central, mas sim a de instabilidades, instabilidades essas que correspondem à operação do princípio de *auto-organização*». O papel construtivo das instabilidades, onde emergem novas capacidades de ordenar e organizar o conhecimento e a acção, é, aliás, retomado noutros capítulos do livro.

Trata-se de um livro escrito por alguém que conjuga uma sólida educação nas «hards sciences» (e a consequente prática disciplinar) com outros saberes e experiências, o que lhe permite tratar as questões específicas sobre a ciência com profundidade e ter simultaneamente uma grande abertura a outros modos de saber e de pensar. Não é, pois, de estranhar que o livro se centre predominantemente em questões que

se prendem com as ciências fundamentais e aplicadas, a técnica e as tecnologias, sem que, no entanto, o papel das ciências sociais, embora referido brevemente, seja minimizado. A este propósito, refere o autor: «Ilya Prigogine clamava, no início dos anos 80, por uma 'nova aliança', um novo diálogo com a natureza que motivasse a interacção entre as diferentes culturas cognitivas. Uma 'terceira' cultura, a das ciências sociais, ela própria com raízes no século XIX positivista, mas extremamente permeável à 'revisão' do reducionismo e à importância dos sistemas complexos, poderá catalisar este processo».

Uma questão muito actual tratada no livro diz respeito à especialização e à interdisciplinaridade. Para João Caraça, a investigação atravessa as fronteiras entre as disciplinas (em geral, as de disciplinas afins) porque a natureza dos fenómenos estudados assim o exige. Sem escamotear as dificuldades inerentes à criação de novos campos interdisciplinares, mas sendo optimista quando à sua possibilidade, quando os problemas a investigar são bem formulados e há interesse de grupos com linguagens afins, João Caraça defende a importância deste tipo de experiências: «A necessidade de tratamento de questões interdisciplinares ou multidisciplinares vem das próprias questões; e tal pode significar uma transformação do modo de estar no mundo, assinando a vantagem de se congeminar uma nova visão, mais bem adaptada à situação em que vivemos». Quanto às disciplinas, à especialização, elas são necessárias, para a aprendizagem da ciência, o que é natural, visto que só com uma sólida formação disciplinar se consegue estabelecer um diálogo fiável com outras áreas de saber, necessário para uma abordagem criativa da complexidade dos problemas que hoje em dia se colocam à ciência.

Sem pôr em causa esta perspectiva, gostaríamos de fazer o seguinte comentário: será que uma formação exclusivamente disciplinar é suficiente para criar uma men-

talidade aberta? A situação em que um jovem cientista tem que trabalhar hoje em dia – a crescente competição, a questão vital da procura de um emprego, a luta pelos financiamentos – não irá competir com a liberdade de criar, de embarcar em novas aventuras do conhecimento? Se é verdade que actualmente a transgressão das fronteiras disciplinares, o interesse pela reflexão epistemológica, é cada vez maior, também é certo que as instituições têm tendência a modelar as pessoas preferencialmente para a eficácia, o que pode levar à criação daquilo a que Boaventura de Sousa Santos chamou «os ignorantes especializados». Pensamos que, sendo imprescindíveis a formação disciplinar e um processo iniciático exigente, é, por outro lado, necessário repensar a educação, de modo a que o futuro cientista tenha também na sua formação componentes que o ajudem a criar essa abertura a outras áreas do saber, a outras culturas. Para que no futuro ele não venha a dizer como o prémio Nobel da física Ernest Rutherford: «Science is either physics or collecting stamps».

Tratando-se de uma visão lúcida sobre a ciência, não é a visão desapaixonada de quem está de fora, antes pelo contrário, todo o livro está impregnado do amor à ciência, talvez porque, como se diz numa citação de Yeats em epígrafe, é impossível separar o bailarino da sua dança. A páginas tantas, pode o leitor perguntar-se: mas então onde está o reverso da medalha? Na verdade o(s) reverso(s) da medalha também não foram esquecidos. No último capítulo, sobre os limites da ciência, embora brevemente, são abordados problemas como a ciência e o poder, a produção de novos armamentos, bem como os da lisura e eficácia dos meios de controlo e avaliação da actividade científica, não escamoteando, por exemplo, que, nos sistemas de «refereeing» (avaliação pelos pares), os pares também podem ser «ímpares».

Naturalmente, não há uma resposta à questão «o que é a ciência?», há sim res-

postas multifacetadas que o autor vai construindo, à vista do leitor, ao longo do texto. A ênfase no tema da complexidade em ciência hoje em dia reflecte-se no texto: assim, este é, obviamente, um livro não linear. Que, no entanto, está escrito de uma forma pedagógica e numa linguagem aces-

sível a um público não necessariamente especializado. Para além do interesse que indubitavelmente tem para cientistas de diferentes quadrantes, é ainda um livro de leitura obrigatória para estudantes e professores de ciência.

Conceição Ruivo